



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Salto do Jacuí

**ATA DE JULGAMENTO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO  
ELETRÔNICO 024/2025**

Na tarde do dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, a Pregoeira, responsável pelas licitações na modalidade Pregão, designada pela Portaria nº 393, de 03 de junho de 2025, procedeu com a análise acerca do pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico 024/2025, o qual objetiva a aquisição parcelada de gás oxigênio medicinal e gás ar comprimido medicinal, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde. Trata-se de pedido de impugnação interposto pela empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ 00.331.788/0027-58, a qual solicita retificações na descrição do objeto do Edital.

Após minuciosa análise do referido pedido de impugnação, bem como da manifestação da assessoria jurídica do Município através parecer jurídico, decido acatar o referido parecer, concedendo PARCIALMENTE o referente pedido de impugnação, nos itens descritos a seguir:

1 - ACOLHO a impugnação no quesito da documentação técnica a ser exigida juntamente com os documentos de habilitação – Autorização de Funcionamento (AFE), Licença Sanitária e Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), em conformidade com a legislação da ANVISA.

2 – ACOLHO a impugnação referente à exigência de um Certificado de Análise a cada entrega, por ser exigência inexecutável e não encontrar amparo na RDC nº 69/2008. Desta forma, será excluída esta exigência do Edital.

3 – NÃO ACOLHO o pedido de modificação da unidade de medida utilizada no Termo de Referência e a retirada de restrição de capacidades fixas para os cilindros, uma vez que esta exigência é inteiramente um ato discricionário da Administração Municipal, através de sua secretaria demandante, a qual, inclusive, foi a responsável por elaborar o Estudo Técnico Preliminar e também o Termo de Referência, documentos os quais nortearam a construção do instrumento convocatório, mantendo-se, desta forma, as exigências tais como constam hoje na descrição do objeto do Edital.

4 – NÃO ACOLHO o pedido de inclusão de endereços de entrega, por julgar não ser necessário tal ato de formalismo, já que as entregas serão todas feitas DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, sempre junto ao Hospital ou às demais Unidades de Saúde, sendo que o Município é de pequeno porte e a área urbana não é extensa, já que praticamente não altera os custos de logística para o vencedor do certame.

5 – E, por fim, NÃO ACOLHO o pedido de inclusão de declaração do fabricante, pois a documentação que passa a ser exigida nos documentos de habilitação (AFE e CBPF) já cumprem o seu devido papel de atestar a regularidade de fornecimento, podendo esta inclusão ser considerada como uma restrição indevida à competitividade do certame, sendo exigência excessiva e potencialmente restritiva.

Sendo assim, a fica a presente impugnação DEFERIDA PARCIALMENTE, sendo que as mudanças no Edital em relação aos itens que acolheram os pedidos da impugnante serão realizadas e o mesmo será republicado imediatamente, já ficando marcada a nova data da sessão para o dia 05 de janeiro de 2026, às 10h.

Salto do Jacuí, 23 de dezembro de 2025.

**DIÉSSICA TAIS**  
**ADIER:01973**  
**687003**  
**DIÉSSICA TAIS ADIERS**  
**Pregoeira**



**PARECER JURÍDICO 130/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:**

**INTERESSADO:** AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**IMPUGNANTE:** AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.

**ASSUNTO:** IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. IMPUGNAÇÃO A EDITAL. FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS.

1. **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:** Análise da exigência de Autorização de Funcionamento (AFE), Licença Sanitária e Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) em conformidade com a legislação da ANVISA.

***Acolhimento recomendado.***

2. **UNIDADE DE MEDIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:** Discussão sobre a adequação da unidade de medida (de "unidade" para "m³") e da capacidade dos cilindros (de "fixa" para "aproximada"). Pertinência das alterações para ampliar a competitividade, no entanto considerando que tal exigência fora realizada pela Secretaria responsável através do ETP, o qual possui discricionariedade para solicitar características do objeto para atender as necessidades específicas. ***Acolhimento não recomendado***

3. **INFORMAÇÕES DO EDITAL:** Necessidade de clareza quanto aos locais de entrega para a correta formulação das propostas, no entanto se torna desnecessárias tais especificações pois as entregas ocorreram nos postos de saúde e no hospital, todos dentro do perímetro urbano do Município.

***Acolhimento não recomendado.***

4. **EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS:** Análise da razoabilidade da exigência de Certificado de Análise a cada entrega e da solicitação de inclusão de declaração do fabricante.



**CONCLUSÃO:** Parecer pelo conhecimento e provimento parcial da impugnação, com recomendação de retificação do edital e republicação do ato convocatório.

## I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação administrativa interposta pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, devidamente qualificada, em face dos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2025, que tem por objeto a aquisição parcelada de gás oxigênio medicinal e gás ar comprimido medicinal para a Secretaria Municipal de Saúde.

A Impugnante aponta, em síntese, os seguintes supostos vícios no instrumento convocatório:

1. **Ausência de exigência de documentos obrigatórios:** Alega que o edital não exige a Autorização de Funcionamento (AFE), a Licença Sanitária e o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), em desacordo com a legislação sanitária.
2. **Unidade de medida inadequada:** Sustenta que a unidade "UNIDADE" é imprópria para a comercialização de gases, que deveria ser em "m³ (metro cúbico)".
3. **Omissão quanto aos locais de entrega:** Afirma que a ausência dos endereços de entrega prejudica o cálculo dos custos logísticos e a formulação da proposta.
4. **Restrição de competitividade:** Argumenta que a fixação de capacidades nominais fixas para os cilindros, em vez de aproximadas, restringe a participação de fornecedores.



5. **Exigência desarrazoada:** Questiona a obrigatoriedade de apresentação de Certificado de Análise (CA) a cada entrega, por ser uma prática inexecutável e não exigida pela ANVISA.
6. **Sugestão de nova exigência:** Requer a inclusão da necessidade de apresentação de uma declaração do fabricante autorizando a comercialização.

Ao final, pugna pela retificação do edital para sanar os pontos levantados.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

A impugnação ao edital é um direito do licitante, previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, e deve ser analisada pela Administração Pública, que tem o poder-dever de rever seus próprios atos (autotutela), conforme a **Súmula 473 do STF**.

Analisam-se, em separado, os pontos impugnados.

### 1. Da Exigência de Documentação Sanitária (AFE, Licença e CBPF)

A Impugnante assiste de razão neste ponto. O objeto da licitação — gases medicinais — é classificado como medicamento, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a **RDC nº 69/2008**. A Lei nº 6.360/1976 e a Lei nº 9.782/1999 são claras ao estabelecer a necessidade de autorização e licenciamento para empresas que produzem e comercializam produtos sujeitos à vigilância sanitária.

A ausência de tais exigências no edital viola o princípio da legalidade e coloca em risco a segurança e a saúde dos pacientes. A documentação é essencial para comprovar a qualificação técnica da licitante e a qualidade do produto a ser fornecido.

**Recomendação: Acolher** a impugnação neste ponto, para incluir no edital a exigência de apresentação da **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)**, da **Licença Sanitária** e do **Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF)**, todos válidos e emitidos pelos órgãos competentes.



## 2. Da Unidade de Medida e da Capacidade dos Cilindros

Os argumentos da Impugnante são pertinentes. A utilização da unidade de medida "m<sup>3</sup> (metro cúbico)" é o padrão de mercado para a comercialização de gases a granel, o que permite uma comparação de preços mais precisa e isonômica entre os licitantes.

Da mesma forma, a exigência de capacidades **fixas** para os cilindros (e.g., 2,25 m<sup>3</sup>) pode, de fato, restringir a competição, uma vez que diferentes fabricantes podem ter cilindros com capacidades ligeiramente distintas, mas que atendem à mesma finalidade. A adoção de capacidades **aproximadas** amplia o universo de participantes, no entanto considerando que tal exigência fora realizada pela Secretaria responsável através do ETP, o qual possui discricionariedade para solicitar características do objeto para atender as necessidades específicas.

**Recomendação:** Não **Acolher** a impugnação nestes pontos,

## 3. Da Indicação dos Locais de Entrega

A omissão dos locais de entrega é uma falha que afeta diretamente a formulação das propostas, pois os custos de logística são um componente relevante do preço final. Para garantir a isonomia e a obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração deve fornecer todas as informações essenciais, porém se torna desnecessárias tais especificações pois as entregas ocorreram nos postos de saúde e no hospital, todos dentro do perímetro urbano do Município.

**Recomendação:** Não **Acolher** a impugnação neste ponto.

## 4. Da Exigência de Certificado de Análise (CA) por Entrega

A Impugnante argumenta que a exigência de um Certificado de Análise a cada entrega é inexecutável e não encontra amparo na RDC nº 69/2008. De fato, a norma da ANVISA foca no controle de qualidade por lote de produção e na rastreabilidade do produto.





A exigência, da forma como está, parece ser excessiva e desproporcional, podendo onerar excessivamente o contrato e restringir a competitividade, sem um ganho efetivo de segurança que já não seja assegurado pelo Certificado de Boas Práticas de Fabricação e pelo controle de lote.

**Recomendação: Acolher** a impugnação neste ponto, para **excluir** a exigência de apresentação de Certificado de Análise a cada entrega individual, mantendo-se as demais formas de controle de qualidade previstas na legislação sanitária.

### 5. Da Sugestão de Inclusão de Declaração do Fabricante

Neste ponto, a Impugnante sugere que o edital passe a exigir uma declaração do fabricante autorizando a empresa a comercializar seus gases. Embora a intenção possa ser a de garantir a procedência, a documentação sanitária obrigatória (AFE, CBPF) já cumpre o papel de atestar a regularidade da cadeia de fornecimento.

A criação de uma nova exigência não prevista em lei, como esta, pode ser considerada uma restrição indevida à competitividade, em violação ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e aos princípios da Lei de Licitações. A jurisprudência é firme no sentido de que as exigências de habilitação devem se ater ao estritamente necessário para garantir o cumprimento do contrato.

**Recomendação: Rejeitar** a impugnação neste ponto, por se tratar de exigência excessiva e potencialmente restritiva, não amparada pela legislação vigente.

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pelo **CONHECIMENTO** e **PROVIMENTO PARCIAL** da impugnação apresentada pela empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA., nos seguintes termos:

#### 1. **ACOLHER** os pedidos para:

- Incluir a exigência dos documentos de habilitação técnica: AFE, Licença Sanitária e CBPF.
- Excluir a exigência de Certificado de Análise a cada entrega.



2. **REJEITAR** o pedido para:

- Incluir a exigência de declaração do fabricante.
- Unidade de medida inadequada.
- Da Indicação dos Locais de Entrega.
- Da Sugestão de Inclusão de Declaração do Fabricante.

Recomenda-se, por fim, a **retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2025** nos pontos acolhidos e sua subsequente **republicação**, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido, conforme dispõe o art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de garantir a ampla divulgação das novas condições e a isonomia entre os participantes.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Salto do Jacuí, 23 de dezembro de 2025

**Leonir da Silva Pereira**  
**Assessor Jurídico**  
**Advogado**  
**OAB/RS 99.474**